

## **JORNAL A LUTA E AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DO EMBELEZAMENTO E HIGIENIZAÇÃO DE PRAÇAS E ARTÉRIAS URBANAS DA CIDADE DE CAMPO MAIOR-PI DURANTE A DÉCADA DE 1970**

### **A LUTA NEWSPAPER AND THE REPRESENTATIONS ON THE BEAUTY AND HYGIENIZATION OF SQUARES AND URBAN ARTERIES IN THE CITY OF CAMPO MAIOR-PI DURING THE 1970s**

Raimundo Nonato Bitencourt Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Investiga-se neste trabalho as representações construídas pelo jornal *A Luta* acerca do embelezamento e higienização de artérias urbanas e praças da cidade de Campo Maior, Piauí, durante a década de 1970. O semanário *A Luta* enaltecia a ditadura civil-militar como um momento de progresso e modernização em Campo Maior que, na época, era a quinta maior cidade piauiense. Nesse contexto, privilegia-se aqui a atenção que o *A Luta* deu às artérias urbanas e praças campomaiorenses, tentando direcionar administradores públicos e demais moradores da urbe no sentido de adequar tais logradouros ao que o jornal considerava ser progressista e moderno, porém, conforme será observado, nem sempre os cidadãos campomaiorenses se adaptaram aos anseios do jornal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campo Maior-PI; Progresso; Modernização; Jornal *A Luta*; Logradouros públicos.

**ABSTRACT:** In this work, the representations built by the newspaper *A Luta* on the beauty and hygienization of urban arteries and squares of the city of Campo Maior, Piauí, during the 1970s are investigated. The weekly *A Luta* praised the civic-military dictatorship as a moment of progress and modernization in Campo Maior, that in time were the fifth largest city of Piauí. In this context, the attention that the weekly dispensed to the urban arteries and squares from Campo Maior, trying to direct public managers and others residents of the city to adapt these places to what the newspaper consider to be

---

\* Este artigo é fruto da pesquisa para a tese de doutorado intitulada “O jornal *A Luta* e as representações acerca da modernização urbana e progresso de Campo Maior-PI (1967-1979)”, defendida em setembro de 2020, sob orientação da Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer.

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: raimundobitencourt2@gmail.com

progressive and modern is privileged, however, as will be observed, not always the citizens of Campo Maior adapted to the aspirations of the newspaper.

**KEYWORDS:** Campo Maior-PI; Progress; Modernization; A Luta newspaper; Public places.

O jornal *A Luta*, sediado na cidade de Campo Maior,<sup>2</sup> Piauí, foi editado entre os anos de 1967 e 1979, constituindo-se no principal órgão da imprensa escrita local no referido período<sup>3</sup>. O periódico circulava uma vez por semana, normalmente no sábado ou domingo, tendo uma tiragem em torno de 200 exemplares, sendo impresso em formato tabloide e caracterizando-se por não almejar o lucro.

Campo Maior foi uma das primeiras vilas a ser fundada em território piauiense, sendo instalada pelo governador do estado, João Pereira Caldas, no ano de 1762, passando à categoria de cidade em 1889, figurando, desde então, como um dos principais centros urbanos do Piauí, e ocupando a posição de quinta maior cidade durante a década de setenta.<sup>4</sup>

No espaço urbano em relevo, uma das principais repercussões do regime autoritário que foi instalado no Brasil, no ano de 1964, foi o intenso surto de transformações na estrutura espacial de Campo Maior, o que ocasionou profundas modificações para a população campomaioreense que vivenciou o período, além de ensejar representações nas páginas do jornal *A Luta* buscando evidenciar que Campo Maior era progressista e moderna. O grupo que formava o *A Luta* e muitos dos que escreviam artigos eventualmente, não era composto por jornalistas profissionais, e sim estudantes, profissionais liberais,

---

<sup>2</sup> Campo Maior localiza-se no norte do estado do Piauí, a cerca de 84 quilômetros da capital Teresina.

<sup>3</sup> Até o ano de 1977, o *A Luta* figurou como único periódico campomaioreense; em junho desse ano, o semanário noticiou que outro jornal passou a circular na cidade, sob a denominação de *A Voz do Jenipapo*. As informações encontradas acerca do *A Voz do Jenipapo* são poucas, mas de acordo com as escassas menções realizadas pelo *A Luta*, não se observa nenhum conflito entre os dois impressos, assim como também não é verificável uma relação de proximidade entre os periódicos.

<sup>4</sup> Emilia Maria Rebêlo (2000) aponta os cinco principais espaços citadinos piauienses à época, levando em conta o número de habitantes: Teresina (181062), Parnaíba (57030), Floriano (26776), Piripiri (18481) e Campo Maior (18400).

funcionários públicos, um coletivo bastante heterogêneo, que reunia pessoas que trabalhavam como dentista, advogado, médico, comerciante, bancário e docente.

Nesse contexto, é relevante atentar para a observação de José D'Assunção Barros em relação ao “lugar de produção” de uma determinada fonte histórica, pois, “o emissor de um discurso nunca é somente o seu autor nominal mas também a sociedade na qual ele se inscreve, a sua posição social, os constrangimentos aos quais ele está submetido [...]” (BARROS, 2020). Desse modo, ao tomar o *A Luta* como objeto de estudo e fonte histórica, nesta pesquisa, deve-se levar em conta que o grupo letrado que emitia seu discurso jornalístico representava certa elite local e, não raro, apoiava o poder público municipal. Nesse ponto, foi necessário fazer trabalho semelhante ao realizado por Cláudio Elmir (2012), ao abordar as representações construídas pelo jornal *Última Hora* acerca do crime em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, entre os anos de 1960 e 1964. O autor refere que para obter resultados mais contundentes em sua pesquisa foi imprescindível ir além do que era dito apenas no jornal, buscando outras fontes relacionadas ao seu objeto de estudo, que permitiram averiguar melhor a “justeza” do que era dito no jornal. Ao tomar o *A Luta* como fonte e objeto de estudo foi preciso fazer esse mesmo movimento, e um dos aspectos que foi obtido maior esclarecimento foi em relação à aproximação ou distanciamento do periódico com os prefeitos campomaiorenses do período aqui abordado, pois a abordagem do jornal em relação as modificações urbanas, de modo geral, eram influenciadas pela relação entre *A Luta* e o poder Executivo municipal. Foi a partir do recurso a outras fontes ou textos que foi possível perceber que quando um prefeito era aliado do *A Luta* – no geral devido a contribuições financeiras fornecidas pelo referido político, ou laços de amizade entre a direção do jornal e um determinado prefeito – ocorriam referências elogiosas em relação às mudanças que eram operadas na estrutura urbana de Campo Maior e, muitas vezes, as críticas ao que estava em desacordo com o “progresso” e “modernização” eram

direcionadas à população, destacando que o poder público estava atuando positivamente, o que estaria faltando era a colaboração dos cidadãos.

É fundamental ainda atentar para o posicionamento do periódico frente ao regime de exceção que vigorava à época, visto que praticava a exaltação da ditadura civil-militar, tratando-a de forma elogiosa, ressaltando o caráter “progressista” que teria atingido o Brasil e o Piauí. Não obstante o claro apoio do periódico aos governos militares, o *A Luta* colocava-se como um órgão de imprensa “imparcial”, contudo, Barros esclarece que os períodos ditatoriais são quando fica mais evidente o caráter ideológico contido em qualquer jornal:

Trabalhar com os jornais do período ditatorial militar como se estes pudessem (e, em muitos casos, quisessem) funcionar como mero “veículo de informações” é efetivamente uma quimera. Na verdade, não é possível trabalhar dessa maneira com nenhum jornal em nenhum período, e a situação mais radical e explícita das ditaduras apenas expõe mais claramente o nível ideológico que perpassa qualquer jornal a qualquer tempo (BARROS, 2019: 307).

Durante os doze anos de sua circulação, o *A Luta* oscilou entre seis e oito páginas, a variação ocorria de acordo com as condições financeiras pelas quais passava o periódico em dado momento, ocorrendo a venda diretamente na residência dos assinantes e também em locais públicos, como praças, onde havia maior concentração de pessoas. De modo geral, o *A Luta* tinha circulação restrita a Campo Maior, sendo relevante destacar também que o jornal teresinense *O Dia*, um dos mais importantes do Piauí, fundado no ano de 1951 e com circulação até a atualidade, tinha boa aceitação em Campo Maior.

O semanário *A Luta* era um importante meio para a construção de representações acerca de Campo Maior como local moderno e progressista, refletindo os sonhos e imaginário da elite intelectual campomaiorense que, por vezes, era também elite econômica. O *A Luta* buscava conscientizar os seus leitores acerca do que era uma cidade moderna e progressista, além de criticar as práticas dos habitantes que não estivessem de acordo com o que almejavam

para Campo Maior, chamando a atenção também dos gestores municipais para que investissem no progresso citadino.

Nesse contexto, a questão que norteia este trabalho é a seguinte: quais as representações construídas pelo jornal *A Luta* acerca das artérias urbanas e praças de Campo Maior, enquanto locais que o semanário julgava que precisavam ser adequados aos padrões modernos e progressistas?

Para a investigação acerca das representações propagadas pelo jornal *A Luta*, utiliza-se a concepção de Roger Chartier (1990), para compreender como uma determinada realidade social foi sendo construída, podendo ser apreendida por meio de suas representações. Segundo Chartier, “representações” são as formas pelas quais os indivíduos significam seu mundo e “marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 2002: 73).

Nesse sentido, o *A Luta* não é tomado como transparência de uma realidade, mas sim em sua especificidade, ou seja, como documento no qual seus articulistas investiram uma carga de intencionalidade, sendo impressa sua visão do que era o real naquele momento. Chartier afirma que: “[...] O que é real, de fato, não é somente a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escrita” (CHARTIER, 2002: 56). Chartier esclarece ainda que:

[...] As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990: 17).

Utilizando a percepção de Chartier (1990), analisam-se as representações construídas pelo *A Luta* em torno de Campo Maior, entendendo-

as em seu lugar de produção, não as considerando como neutras, e sim investidas de uma intencionalidade por parte do grupo letrado local, que tentava impor a sua concepção de mundo social, refletindo seu desejo em ter uma cidade moderna e progressista.<sup>5</sup> Conforme se observa nas páginas do *A Luta*, o jornal almejava instituir e legitimar o seu projeto urbano reformador para Campo Maior, entretanto, havia uma clara discrepância entre o pensamento do periódico e o modo como agiam os cidadãos. Ademais, é relevante destacar que o periódico abrangia um público leitor restrito, dada a pequena tiragem por edição que,<sup>6</sup> de modo geral, ficava limitada ao grupo letrado que o produzia e aos segmentos elitistas que o incentivavam.

À luz do exposto, analisam-se as representações acerca de Campo Maior, percebendo como a elite culta atribuía significados a cidade. Durante os anos em que circulou, o destaque ao que o *A Luta* julgava ser progressista e moderno incidia sobre abertura de ruas e avenidas, implantação de calçamento e/ou asfaltamento, construção e preservação de praças, edificação de muros e calçadas nas casas e/ou terrenos baldios, bem como a limpeza e higienização da cidade. Nesse sentido, no texto aqui apresentado, enfatiza-se a atenção dada pelo semanário às praças e artérias urbanas, que no seu entender, precisavam ser ajustadas ao que seria uma urbe progressista e moderna. É salutar ressaltar que ao mencionar os termos “modernização” e “progresso”, neste trabalho, faz-se uma alusão ao entendimento que o *A Luta* tinha de tais termos, observando-se que quando os mencionava, o periódico destacava, sobretudo, as

---

<sup>5</sup> Ainda nesse sentido, Barros acentua que os jornais são fortemente marcados pela pretensão de agir na sociedade na qual estão inseridos: “A intenção de agir sobre a sociedade através de seus discursos sobre a realidade, e das informações que selecionam ou mesmo fabricam, é muito característica dos jornais – ou da multiplicidade de autores, profissionais, editores e sujeitos sociais neles envolvidos. É exatamente porque os jornais são instrumentos e campos de lutas, ocultando interesses políticos e sociais que podem ser desvelados através da análise do seu discurso, que eles se tornam particularmente interessantes para os historiadores que pretendem abordá-los ou como objetos de estudo ou como fontes históricas para o estudo de temáticas diversas (BARROS, 2019: 259).

<sup>6</sup> José Rosa (2012) menciona que o censo demográfico de 1970 apontou que a cidade de Campo Maior possuía 18.400 habitantes, havendo uma alta taxa de analfabetismo que chegava a 56,60%, o que contribuía de forma acentuada para que a quantidade de jornais impressos, por edição, fosse restrita.

modificações urbanas implantadas ou reivindicadas pelo jornal para as praças e artérias urbanas.

### **Imprensa escrita de campo maior e sua busca de adequar a urbe aos ideais de embelezamento e higienização públicos**

Durante a década de setenta, um dos aspectos que motivou grande número de publicações no semanário *A Luta* foi o embelezamento urbano e a higienização de ruas, avenidas e praças.<sup>7</sup> Nesse sentido, eram direcionados elogios a essas áreas, ou então críticas, caso houvesse divergências em relação ao que o grupo do jornal considerava adequado para uma cidade moderna e progressista. Tais críticas poderiam ser dirigidas a uma dada gestão pública municipal, ou mesmo a determinadas pessoas que não estivessem agindo de acordo com o “progresso” campomaiorense. Além disso, eram também comuns solicitações ao poder público, relacionadas à melhoria de determinados logradouros, enfatizando-se, em sua maioria, as áreas centrais da cidade.

Para o *A Luta*, era necessário Campo Maior erradicar o que tornava inestético seus logradouros públicos, bem como o que, na concepção do jornal, era visto como anti-higiênico. Desse modo, pretendia-se que a cidade e seus moradores se adequassem aos padrões progressistas, modernos e civilizados que o semanário tanto defendia. Tais padrões estavam associados à implantação e reforma de praças, ruas e avenidas, sendo que estas deveriam possuir calçamento ou asfaltamento, bem como à limpeza citadina, que era realizada pelo poder público municipal, mas que, segundo o *A Luta*, deveria ter a colaboração dos campomaiorenses “civilizados”, de modo que estes não

---

<sup>7</sup> Francisco Alcides do Nascimento refere que na capital do Piauí, Teresina, o início da década de 1970, foi marcada pela atuação do governador Alberto Tavares Silva (1971-1975), que promoveu “intervencções estruturantes, no espaço urbano de Teresina, uma vez que sua condição de capital administrativa a transformava em porta de entrada, cartão de visita para os futuros empreendedores e turistas. Assim, dirigentes estaduais e municipais voltaram suas vistas para a abertura ou prolongamento e posteriormente à pavimentação de ruas, avenidas” (NASCIMENTO, 2010: 16). Desse modo, assim como em Campo Maior o *A Luta* dedicou especial atenção às modificações em ruas e avenidas, Nascimento (2010) afirma que a imprensa escrita teresinense também estava atenta as transformações urbanas pelas quais passava a capital piauiense, sendo um dos principais veículos usados por Alberto Silva para difundir uma imagem de um Piauí progressista.

sujassem os logradouros públicos. O *A Luta* buscava interferir também nas residências dos campomaiorenses, chegando a exigir que fossem construídos muros e calçadas, como forma de contribuição para o embelezamento citadino.

Quando se investiga a modernização de cidades, é comum observar em inúmeras delas a existência de uma avenida principal, uma artéria urbana que se torna o foco de administradores públicos e/ou de segmentos letrados. Em Campo Maior, a artéria urbana que recebeu a maior atenção do *A Luta*, dentre os logradouros presentes na urbe, foi a Avenida Demerval Lobão, que no período investigado, tornou-se a mais importante de Campo Maior.

No início de 1970, foi noticiado que a Prefeitura Municipal estava concluindo a construção de “salões” que seriam destinados a estabelecimentos comerciais na avenida, fato elogiado pelo jornal, pois a “presença daqueles quartos inacabados tirava um pouco a beleza daquela artéria” (A LUTA, 08 de março de 1970: 01). É relevante salientar que a Avenida Demerval Lobão foi o local em que o comércio se concentrou de modo mais intenso, situação que é observável ainda na atualidade.

Os pedidos ao poder público, para a melhoria de logradouros públicos, eram recorrentes no período, figurando diversas vezes na busca do jornal pelo maior embelezamento citadino. Em janeiro de 1971, a edição do jornal apontou nessa direção, ao mencionar seu incômodo em relação a “restos imprestáveis de bancos” que havia na Demerval Lobão, sublinhando, inclusive, que eles causavam acidentes. De acordo com o *A Luta*:

[...] Nos dirigimos à autoridade municipal, solicitando-lhe que sejam retirados os restos imprestáveis dos bancos que já foram tão confortáveis, do passeio da Av. Demerval Lobão. Tivemos notícia de que uma senhora foi vítima de um deles, em meio à assombrosa escuridão reinante nas vias públicas. A senhora ficou de tal forma contundida, que, a custo, um prestimoso cidadão a soergueu [...]. Urge que sejam retirados aqueles restos de banco, ou, o que seria melhor, substituídos, para, aproveitando a ocasião, vermos se os campomaiorenses descuidados os quebrariam de novo (A LUTA, 16 de janeiro de 1970: 08).

Na gestão do prefeito Jaime da Paz (1971-1973), eleito pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA),<sup>8</sup> as representações acerca da estética urbana eram intensas, e, em fevereiro de 1971, a Demerval Lobão era um dos alvos novamente do *A Luta*, na coluna intitulada “O Povo Reclama”, pois “existem em várias ruas de nossa cidade buracos que estão causando verdadeiro desacerto tanto aos automobilistas e ciclistas quanto aos pedestres” (A LUTA, 20 de fevereiro de 1971: 07). Os locais em foco, “para que o sr. Prefeito tomasse as providências”, eram os que estavam situados no centro urbano, a saber, Avenida Demerval Lobão, também a Praça Luiz Miranda e Rua Cel. Eulálio Filho. Como é possível apreender, “O Povo Reclama” era de autoria do grupo jornalístico, porém, este se colocava como porta voz do “povo” campomaiorense, dando um caráter público a uma aspiração que era pertencente ao *A Luta*. Com isso, buscava também aproximar-se do leitor, criando um vínculo ao demonstrar que estava atento aos anseios que supostamente eram dos leitores.

Em 1972, o espaço público em relevo esteve em evidência novamente, pois de acordo com o jornal “Preservam-se Esgotos Fétidos da ‘Demerval Lobão’”, que estariam contribuindo para pôr em risco a saúde pública, além de enfeiar a cidade. Desse modo, pedia-se às autoridades públicas municipais que solucionassem o problema:

No trecho da Avenida Demerval Lobão compreendido entre as ruas Pe. Manoel Félix e Cel. Costa Araújo, as águas dos esgotos estão em completo estado de estagnação. O escoamento das águas e detritos de alimento provenientes de bares e restaurantes ali existentes é impossível por causa da existência de inúmeros buracos ao longo da avenida, que é a artéria de maior movimentação da cidade e onde está insuportável o mau cheiro que exala aquelas poças. Toda aquela sujeira é centro de concentração e proliferação de nocivos insetos capazes de causarem todo o tipo de infecções. Chamamos a atenção das autoridades a quem

---

<sup>8</sup> Segundo Daniel Aarão Reis (2005), a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi criada após a edição do Ato Institucional número 2 (AI-2), pelo general-presidente Castelo Branco, que impôs a extinção dos partidos políticos tradicionais, passando a existir somente a ARENA, ligada ao governo dos militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que congregava os políticos que faziam oposição à ditadura civil-militar.

competente a solução do problema e, mormente o sr. prefeito no sentido de mandar tapar aqueles buracos que dificultam o tráfego (A LUTA, 01 de janeiro de 1972: s/p).

A avenida surgiu, mais uma vez, no periódico, que indicava ao prefeito Jaime da Paz problemas que estavam afetando a estética: “chamamos a atenção do sr. prefeito para os bancos quebrados que enfeiam a Av. Demerval Lobão, como também para as calçadas estragadas” (A LUTA, 15 de abril de 1972: s/p). Conforme se notou em matéria vista anteriormente, os bancos quebrados já eram motivo de reclamação no jornal desde 1970, contudo, em 1972, o problema ainda não tinha sido solucionado, frustrando o desejo progressista do *A Luta* nesse aspecto.

No fim de 1972, enfatizou-se que a prefeitura estava investindo na arborização da Demerval Lobão e tentou-se direcionar a atitude dos cidadãos, de modo a condizerem com o progresso que era propagado pelo jornal, pois havia “quebradores de árvores” que impediam o crescimento das plantas. Ademais, citou também que o “passeio da Av. Demerval Lobão precisa ser livre ao trânsito de pedestres, com a não permissão de que seja usado para depósito de caixas, caixões e caixotes dos armazéns próximos” (A LUTA, 17 de dezembro de 1972: s/p). Para ratificar o seu argumento, foi apontado um episódio que ocorreu por causa de objetos colocados no passeio da avenida: “temos conhecimento de que isso quase causa um acidente, que poderá ser repetido: uma senhora teve de descer do passeio para evitar um caixão e continuar o percurso e quase foi colhida por um carro que passava” (A LUTA, 17 de dezembro de 1972: s/p).

Apesar da denúncia do periódico em relação à obstrução do passeio da Demerval Lobão, verifica-se que alguns campomaiorenses insistiam em descumprir as normas estabelecidas pela administração, como se infere em uma nota publicada em 1974. A nota em questão foi divulgada a pedido da Prefeitura Municipal, “no sentido de manter um melhor aspecto e de preservar o direito do transeunte ao livre acesso às ruas e calçadas de nossa cidade, bem como, dar liberdade ao tráfego prioritário de veículos” (A LUTA, 07 de abril de

1974: 01). A atenção estava voltada sobretudo para a Demerval Lobão, mas fazia-se também um apelo para que as pessoas contribuíssem, de modo geral, com a limpeza pública de Campo Maior. Desse modo, solicitou-se na primeira página do *A Luta* que as atitudes listadas abaixo fossem evitadas:

- De colocar mercadorias expostas nas calçadas ou ruas, principalmente na Av. Demerval Lobão e adjacências do Mercado Público, de vez que esse procedimento, além das naturais inconveniências, acha-se de frontal encontro às normas e determinações do Código de posturas do Município.
- De deixar sobre as calçadas ou ruas entulhos provenientes de serviços de construção, reforma ou reparo de imóveis em geral.
- De depositar lixo, a granel, em qualquer parte da cidade, a não ser em depósito próprios [sic] na calçada da própria residência, para que dali seja retirado por iniciativa da administração (A LUTA, 07 de abril de 1974: 01).

Conforme se verifica, nem todos os habitantes da cidade se adequavam às normas impostas pelo poder público, que nesse caso eram endossadas pelo *A Luta*. Nesse sentido, observa-se a afirmação de Sandra Pesavento, ao acentuar que nem sempre os “consumidores do espaço” agem de acordo com o que foi planejado pelos gerenciadores do espaço urbano:

A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade. É, por um lado, uma tarefa de profissionais especificamente habilitados para tal — urbanistas, arquitetos, engenheiros —, mas também comporta o que se poderia chamar de intervenção do cotidiano. Ou seja, esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é, por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos (PESAVENTO, 2002: 16).

Em outra reclamação em relação ao comportamento da população, considerado inadequado pelo *A Luta*, foi divulgada uma nota na primeira página com o objetivo de informar acerca de “certo comerciante estabelecido na Av. Demerval Lobão, que vem jogando em plena artéria, por sinal uma das

principais da cidade, borra de cera de carnaúba” (A LUTA, 27 de janeiro de 1974: 01). A borra era o produto descartado após a retirada da cera de carnaúba que era comercializada, e, segundo o jornal, a borra jogada no logradouro estava contribuindo para a “falta de higiene naquela avenida devido o mal cheiro provocado pela sujeira posta por aquela casa comercial” (A LUTA, 27 de janeiro de 1974: 01). Os comerciantes eram um importante público leitor do jornal, por isso, o *A Luta* direcionava sua reclamação para o estabelecimento citado.

O *A Luta* estava atento não só à postura das pessoas que trabalhavam em casas comerciais na avenida, mas também a transeuntes que não eram considerados bem-vindos nessa via urbana. Em matéria de capa, que tinha o título de “Bando de vagabundos assalta a cidade”, a indignação era porque Campo Maior estava “infestada de pedintes”, que percorriam logradouros públicos, casas comerciais e residências, “onde penetram sorrateiramente para pegar alguma coisa no que se iniciam na senda do furto, ou para pedirem esmola, apoiados pelos pais que os orientam para essa prática miserável, daí se transformando em mendigos” (A LUTA, 29 de junho de 1975: 01). O incômodo maior do *A Luta* era com esses indivíduos na “mais movimentada artéria da cidade”:

Um bando desses vagabundos vem agindo, ultimamente, na Demerval Lobão, chegando ao extremo, na sua nefanda prática, com xingamentos e descomposturas quando não são atendidos, causando balbúrdias e expondo as pessoas ao ridículo com cenas desrespeitosas (A LUTA, 29 de junho de 1975: 01).

A mendicância em cidades tidas como progressistas, de modo geral, não era uma prática bem-vista, sobretudo pelas elites letradas e governantes.<sup>9</sup> Em Campo Maior, um fator que ocasionava a insatisfação dos letrados era porque, no seu modo de ver, a mendicância contrariava as representações de urbe

---

<sup>9</sup> A exemplo disso, Antonio Souza (2002) aponta que na década de 1950 a mendicância alastrava-se na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, constituindo motivo de indignação de segmentos da elite que atuavam na imprensa local, que consideravam que os mendigos comprometiam a imagem de “moderna e civilizada” da cidade.

progressista que eram divulgadas pelo semanário, especialmente quando sua ação se desenvolvia em uma área central e, por isso, foram tomados pelo *A Luta* como “vagabundos”.

A última notícia encontrada no *A Luta* sobre a Demerval Lobão referia-se à implantação, no ano de 1977, do que o jornal considerou um importante símbolo moderno: o asfaltamento. Inclusive isto foi veiculado na primeira página. Segundo Zeferino Alves Neto, um dos diretores do impresso no período, “iniciaram-se os trabalhos de asfaltamento das ruas de Campo Maior, já estando pronto um trecho da Avenida Demerval Lobão” (A LUTA, 09 de junho de 1977: 01). Conforme se nota, a atenção maior do poder público foi para a conclusão do trabalho na avenida, dada sua relevância no contexto da urbe.

Cláudia Fontineles esclarece porque o asfalto era tido como moderno, ao citar que no mesmo período a cidade de Teresina, capital piauiense, sofria uma expansão asfáltica que “fascinava seus habitantes” e tornou-se uma prioridade para os governantes da capital nos anos 70, “justificada pela proposta muito valorizada no período de que a cidade moderna devia ser ágil e interligada entre seus espaços” (FONTINELES, 2015: 264). Tal ideia devia ser partilhada não somente por Teresina, mas por todo o Piauí, pois isso contribuía para a inserção do estado na modernização.

Em referência a outra avenida, a José Paulino, que antes era a principal artéria urbana, localizando-se paralelamente a Demerval Lobão, a notícia veiculada pelo jornal era destacando as consequências do crescimento citadino. A edição citava que Campo Maior estava em crescimento, porém, com isso, “aumentam diariamente perigos causados pela movimentação e infração do trânsito por parte de volantes que passam pelas principais ruas da cidade sem obedecer as sinalizações”, sendo apontado particularmente um carro na Avenida José Paulino que a percorreu em “disparada”, e por “milagre não colheu um menino que atravessa a rua” (A LUTA, 13 de fevereiro de 1971: s/p).

A avenida José Paulino voltou a figurar no jornal, especialmente na edição do ano de 1978, com destaque na primeira página, sendo denunciado que “Na José Paulino: ‘pé na taboa [sic] e fé em Deus’”. O problema elencado pelo jornal era o mesmo relatado anteriormente, ou seja, a alta velocidade na avenida, que era facilitada pela benesse do asfaltamento, o que causava a insatisfação do *A Luta* em relação à atitude dos motoristas que punham em risco alguns estudantes, conforme foi afirmado:

Alguns motoristas, mais ousados e irresponsáveis estão abusando ao dirigirem seus carros pela Avenida José Paulino em velozes correrias, que chegam a intimidar pela violência que imprimem [...]. Na avenida, que é longa e toda asfaltada, situam-se duas escolas públicas – o velho e tradicional “Valdivino Tito”, e o Jardim de Infância “Mamãe do Céu”. Nessas áreas, concentram-se centenas de crianças, diariamente, e em horas de maior movimentação, no que ficam expostas a atropelamentos por um daqueles motoristas em correria desenfreada pela avenida como a quererem imitar os famosos azes do volante da Interlagos [...]. Assim, diante do exposto, antes que uma tragédia aconteça, pede-se a quem de direito mandar colocar duas “tartarugas”, [...] no que ficariam a salvaguarda a integridade física daquelas crianças e a sua própria vida, em permanentes perigos (A LUTA, 17 de setembro de 1978: 01).

Portanto, para o *A Luta*, Campo Maior estava progredindo, mas observava-se que somente isso não era o bastante, pois o semanário denunciava as atitudes incompatíveis ao progresso, a exemplo dos mencionados motoristas. Com isso, o periódico almejava que suas ideias tivessem impacto na sociedade campomaiorenses, para que a população utilizasse os ícones tidos como progressistas da forma que o *A Luta* considerava ser a mais adequada.

O grupo do *A Luta* esteve especialmente atento a logradouros públicos que no seu entender fugissem ao que condizia com uma cidade moderna e progressista. Tanto ruas como praças estavam sob o olhar atento do jornal, que observava se tais locais estavam dentro dos padrões estéticos de uma cidade moderna. Nesse sentido, as áreas centrais eram o foco do periódico, mas também é possível encontrar referências a bairros, zonas que sofriam maior

exclusão em relação ao progresso e modernização. A exemplo disso, observa-se que em alguns lugares nem mesmo calçamento havia: “os moradores do bairro de Fátima reclamam da grande quantidade de água estagnada nas ruas de piçarra, esburacadas, formando inúmeros [sic] poças de lama nociva à saúde” (A LUTA, 20 de fevereiro de 1971: 07).

Na busca por influenciar os campomaioreses para que dessem a sua contribuição para o progresso, apesar do número restrito de leitores que possuía, o *A Luta* enfatizou que havia iniciado uma campanha para a construção de muros e calçadas nas residências, objetivando melhorar o aspecto urbanístico de Campo Maior. Em setembro de 1972, textualizou que “cidadãos da terra”, interessados no “progresso dela”:

Conversaram conosco a respeito de que este Semanário incentive a população no sentido de construção de muros e calçadas. Com isso, nós nos animamos a continuar com a campanha que iniciamos meses atrás, visando justamente isto: construção de muros e calçadas (A LUTA, 17 de setembro de 1972: s/p).

Insistindo em sua campanha, no que considerava ser progressista, no mês de outubro de 1972, o *A Luta* retomou a pauta da construção de muros e calçadas, dando maior destaque ao assunto, pois foi veiculado na primeira página. A campanha tinha mais um caráter de orientação e apelo aos leitores, porém, ao que tudo indica, o semanário não foi atendido em seu anseio, então recorreu a um argumento mais severo. Para ser mais enfático, argumentou no título da matéria que eram “Obrigatórias por Lei Construções de Muros e Calçadas”, ressaltando que havia a lei nº 707, de 16 de outubro de 1967, que regulamentava as construções em apreço. Conforme o jornal, a norma estabelecia o seguinte:

Segundo a regra, todo proprietário de casa ou terreno, murado este ou não, encravado na zona urbana, que ficar beneficiado por calçamento, pavimentação ou asfalto, é obrigado a construir o passeio (ou calçada) correspondente à sua testada, obedecendo as normas preestabelecidas pela Prefeitura. Tratando-se de terreno não murado, a obrigação se

estende também à construção de muro, se o proprietário não preferir iniciar construção de prédio. Os muros deverão ser construídos de alvenaria, ser rebocados e ter altura mínima de 1,80 m (A LUTA, 21 de outubro de 1972: 01).

Conforme foi supracitado, a temática da construção de muros foi posta em circulação na página principal do *A Luta*, local de maior visibilidade para o leitor, onde, segundo Barros, pode-se observar claramente como os editores pretendem interferir na sociedade em que estão inseridos, visto que a primeira página é “sempre muito reveladora do que pensam os editores do jornal acerca das expectativas dos leitores que esperam alcançar, e também denunciadora dos projetos de agir sobre a sociedade que esses mesmos editores desejam impor” (BARROS, 2019: 316).

No ano de 1973, o periódico continuava tentando direcionar as ações do povo no sentido de construir adequadamente muros e calçadas. No entanto, para sua frustração, algumas pessoas estavam buscando a preservação de seus muros e calçadas de forma considerada imprópria pelo jornal. Desse modo, referiu que a “técnica é executada na base de pregos daqueles usáveis na segurança do arame farpado: duas pontas”; objetos que tinham a “ponta muito aguda e afiada adaptados na orla da calçada de que se quer proteger ou sobre muretas (a técnica não é nossa), na suposição maquiavélica de seus idealizadores de que estarão resguardados – muros e calçadas – na ação destruidora de vândalos” (A LUTA, 21 de janeiro de 1973: s/p). Diante da situação, o *A Luta* explicou sua insatisfação com a “técnica” de preservação, lançando aos seus leitores o questionamento: “mas, minha gente, se por acaso ao invés desses malfeitores, alguém desavisado, como inocentes crianças, velhos ou pessoas cegas tenham a infelicidade de se jogarem sobre essas afiadíssimas pontas?” (A LUTA, 21 de janeiro de 1973: s/p).

Não obstante a campanha feita pelo *A Luta*, ainda no ano de 1974, as reclamações devido à falta de calçadas persistiam, mesmo se tratando de ruas localizadas na área central da urbe. Na reclamação exposta pelo periódico, inicialmente afirmou-se que alguns trechos de ruas de Campo Maior estavam em “péssimo estado”, sobretudo por “culpa dos moradores dessas vias

públicas”, e destacou que “os malefícios oriundos desse estado de coisas” diziam respeito não só “à saúde dos habitantes da área”, mas também “à beleza da cidade”. Dessa forma, mencionou trechos ainda sem calçadas construídas, nos seguintes locais:

Quarteirões das ruas Costa Araújo e Doutor Moura que rumando ao açude grande, partem da Av. José Paulino. Em ambos quarteirões faltam calçadas, e no lugar destas são jogados animais mortos, lixos e mato nativo e até o arrancando de quintais (A LUTA, 17 de fevereiro de 1974: s/p).

Os muros não eram solicitados somente para as residências, pois surgiram matérias também em que os terrenos baldios eram o alvo, destacando-se a necessidade de se construir “pelo menos muros nesses terrenos que estão por aí afeiando [sic] a cidade”. Sugeria-se, então, que a Prefeitura Municipal fizesse “um apelo aos seus proprietários para que construam alguma coisa em seus terrenos desocupados para que, povo e Prefeitura promovam o embelezamento urbanístico da cidade” (A LUTA, 31 de agosto de 1975: s/p). Nesse sentido, o *A Luta* afirmou que a prefeitura estava dando sua contribuição para o embelezamento de Campo Maior, contudo, a população não caminhava no mesmo sentido:

Na verdade, não pode a Prefeitura, sozinha, promover o embelezamento da cidade sem contar com o apoio da população, que, no caso, devia ser maciço. O Prefeito constrói novos trechos de calçamentos, aberturas de novas ruas e becos, faz jardins, edifica, etc., visando dar continuidade ao trabalho de embelezamento e propiciar melhores condições de vida aos munícipes. Enquanto isso, que faz a população? Apenas dificulta a ação da Prefeitura como esta de deixar que seus terrenos permaneçam eternamente sem, ao menos um muro a cercá-los, ou deixar suas residências sem calçadas, o que se constitui num grave problema de estética para a nossa cidade (A LUTA, 31 de agosto de 1975: s/p).

Novamente, o progresso que tanto era veiculado pelo semanário não estava se concretizando da forma que era desejado, pois, os campomaiorenses

pareciam não partilhar da concepção progressista da elite culta e mantinham suas residências e/ou propriedades da forma que já estavam habituados, sem a preocupação com a construção de muros e calçadas.

A limpeza pública também era bastante observada pelo *A Luta*, visto que conforme estampava em algumas edições, “Povo desenvolvido é povo limpo”, “civilizado”, demonstrando, assim, seu empenho em tentar conscientizar a população e incentivar o poder público no que dizia respeito à limpeza, fundamental para uma cidade que era apontada pelos letrados como moderna e progressista.

É salutar sublinhar aqui a aproximação entre a fala do jornal e a pretensão educativa dos militares que estavam na presidência do Brasil. Carlos Fico ressalta que as propagandas articuladas pelo regime militar, que tratavam de temas que não tinham um caráter explicitamente político, em realidade “revelam uma leitura eminentemente política das ‘incapacidades’ da sociedade civil”, que precisava ser guiada pela “autoridade moral” dos militares. O autor assinala que nessa área dos “comportamentos adequados”, que foram apresentados à sociedade, “uma das campanhas de maior sucesso foi a limpeza urbana protagonizada pelo personagem ‘Sujismundo’” (FICO, 1997: 134). O personagem era representado nos desenhos animados como alguém relaxado em relação à limpeza, mas isso ocorria por falta de orientação, por isso, eram necessárias as campanhas educativas para que as pessoas que tivessem a mesma prática de “Sujismundo” passassem a partilhar do que era tido como um comportamento civilizacional. Além do personagem, Fico (1997) salienta ainda que no bojo das campanhas para a limpeza urbana é que foram criados *slogans* como “povo desenvolvido é povo limpo”, que foi reproduzido pelo *A Luta*, demonstrando, assim, como o semanário considerava que devia guiar e educar a população campomaiorense, no sentido de que se adequassem ao que era considerado progressista e civilizado.

Quanto à limpeza pública, o foco do jornal era a região central de Campo Maior, mas os bairros também figuravam em alguns momentos. As áreas mais distantes do centro campomaiorense ficavam mais desamparadas

pelo poder público municipal, havendo a proliferação de aspectos tidos pelo semanário como anti-higiênicos. Em edição de 1971, o *A Luta* mencionou que havia locais que estavam pondo em risco a saúde dos moradores e afetando a estética urbana. Desse modo, em “O Povo Reclama”, era afirmado que:

Algumas ruas que se distanciam do centro da cidade, encontram-se com muito mato nascido neste inverno. Ervas, até, daninhas, margeiam as vias públicas, pondo – porque não dizer? – em risco seus moradores e os que por elas transitam. Ademais, tornam-nas feias, como vielas ou... “caminhos de roça”. Os residentes em tais ruas, sobretudo eles, pedem ao sr. prefeito mande averiguar a fim de constatar a veracidade da reclamação; e como acreditam na boa-vontade do chefe da municipalidade, aguardam atendimento em breve (A LUTA, 20 de março de 1971: 06).

Um dos bairros que houve menção foi o Nossa Senhora de Lourdes, sobre o qual foi publicado um texto escrito por uma moradora do bairro e por meio do qual o *A Luta* aproveitava a oportunidade para estreitar seu vínculo com os leitores, mostrando que estava atento aos seus anseios e reclamações, bem como que a limpeza pública não seria uma preocupação apenas do semanário. Nesse sentido, a moradora relatou que “os galhos secos tiram toda a estética das ruas. Dá um desprazer enorme até em se pensar num passeio pelas ruas do bairro. É triste!” (A LUTA, 30 de agosto de 1970: s/p). No seu entender, o bairro era desamparado pelo poder público e, por isso, questionava: “não poderão as autoridades olhar um pouco mais para os bairros? [...] Pelo menos fazendo limpeza e assim dá oportunidade de emprego para os próprios moradores?” (A LUTA, 30 de agosto de 1970: s/p). A crítica à gestão pública municipal era mais contundente porque, segundo o senhor Severo Sampaio (2019), que foi tipógrafo do *A Luta*, havia certo descontentamento da direção do jornal em relação ao então prefeito Raimundo Andrade (1967-1971) – representante da ARENA – que não buscava contribuir com o periódico, financiando a publicação de portarias e editais, que poderiam render verba para o semanário.

Na região central, na época da gestão de Jaime da Paz, o jornal reclamava que era a população que não colaborava, sobretudo ao apontar a

“utilização para depósito de lixo da Rua Cel. Costa Araújo do centro (uma das principais vias da cidade)”, na qual havia se formado um “perfeito monturo, com bichos mortos, mau cheiro e tudo. Pedimos às pessoas que fazem esse serviço de mau gosto que não repitam mais” (A LUTA, 29 de julho de 1972: s/p). Para o periódico, era inconcebível os cidadãos sujarem de tal forma uma das ruas principais de Campo Maior. Segundo o impresso, a prefeitura estava empenhada em solucionar a questão da limpeza pública, restava agora “o povo colaborar, evitando de por o lixo de suas residências e estabelecimentos comerciais nos logradouros públicos” (A LUTA, 10 de setembro de 1972: 05). É relevante destacar que o *A Luta* elogiava a atuação do poder Executivo Municipal porque o prefeito da época era Jaime da Paz e, segundo o senhor Severo Sampaio (2019), Jaime contribuía financeiramente para a manutenção do periódico, embora não houvesse uma verba oficial concedida, ocorria um subsídio monetário de forma eventual, já que o prefeito era amigo do diretor do *A Luta* à época, José Rodrigues de Miranda.

Em crítica do ano de 1973, era mencionada a falta de higiene dos campomaiorenses em relação às artérias urbanas, preocupação constante do *A Luta*, ao citar uma via situada na região central em que moradores estavam sujando-a com “tudo que não presta”:

Para quem vai do centro da Cidade em direção ao nosso mercado modelo, seguindo pela rua Senador José Euzébio, a conclusão que se pode ter é a de que o povo de nossa Campo Maior ainda não sabe que a limpeza de uma cidade está dependendo de todos. Naquela rua se encontra tudo mal organizado, onde há mais de um mês existe um tambô [sic], que parece que não tem dono, pois esse tempo todo é pra [sic] se pensar nisso mesmo, chegou a hora de se tomar as devidas providências. Mas não é só isso que está a mercê de crítica, também ali os moradores (ou seja quem ocupa aqueles salões e casas residenciais) [jogam] fora de seus muros os lixos, gatos mortos, galinha, de fato tudo que não presta, deixando para quem quiser (A LUTA, 18 de fevereiro de 1973: s/p).

Diante do ocorrido, o impresso enfatizou que “Campo Maior cresce”, porém, uma parte de seus habitantes precisava realizar “curso de higiene”.

Mencionou na mesma matéria ainda outro caso na “rua Antonino Freire onde, no mercado há umas garapeiras que moem cana para venda do ‘caldo’, que seus proprietários colocam os bagaços da cana nas calçadas, deixando o aspecto daquele lugar muito feio [...]” (A LUTA, 18 de fevereiro de 1973: s/p).

O jornal salientou que a gestão pública estava contribuindo para a limpeza da cidade, elogiando o prefeito da época, Dácio Bona (1973-1977),<sup>10</sup> representante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Dessa forma, enalteceu o trabalho de Dácio por estar “mandando fazer limpeza nas ruas que estavam cheias de matos, como era o caso da que se estende até à estação rodoviária, que estava dificultando a passagem de pedestres e até mesmo de veículos”, situação que causava “até má impressão a quem passava por ali com destino a outras cidades vizinhas [sic]” (A LUTA, 01 de abril de 1974: s/p). À luz da afirmação do jornal, nota-se a preocupação que havia em transmitir às pessoas de outros locais uma boa imagem de Campo Maior. Por fim, foi chamada a atenção para que o prefeito Dácio Bona ficasse atento em solucionar o problema das ruas esburacadas, para compor o quadro de cidade “limpa e civilizada”:

Campo Maior melhorou de aspecto, mais ainda faltam olhares do sr. prefeito para uns buracos existentes em várias ruas de nossa cidade, provenientes das chuvas e do tráfego, causando até banho de lama a quem por ali trafega ou mesmo derrapamento de carros. Se feito isso estamos de parabéns, pois moramos numa terra de povo limpo e civilizado (A LUTA, 01 de abril de 1974: s/p).

Ainda no mês de abril de 1974, o periódico voltou a tratar da limpeza pública na matéria intitulada “Prefeitura Continua Limpando a Cidade”, destacando que a gestão pública fazia o possível para manter a urbe asseada,

---

<sup>10</sup> Nesse aspecto, é importante atentar para a afirmação de Tania Luca (2009), quando trata dos cuidados necessários para a análise de jornais, pois a autora refere que é preciso verificar as ligações do periódico com grupos que detém poder no contexto de sua publicação, bem como os interesses financeiros envolvidos. É nessa perspectiva que se observa aqui a afirmação de José Rosa (2012), ao pontuar que na administração municipal de Dácio Bona o prefeito colaborava financeiramente com o *A Luta*. Além disso, José Rodrigues de Miranda, que na época dirigia o jornal, era amigo de Dácio e os elogios à administração do prefeito eram perceptíveis.

para que os campomaioreses transitassem “sem correr o risco de uma mordida de cobra ou de cortar os pés com pedaços de vidros, ou latas velhas”, no entanto, sublinhava que “O POVO NÃO COOPERA” (A LUTA, 15 de abril de 1974: s/p). Nesse sentido, o *A Luta* descreveu mais uma situação em que os cidadãos não colaboravam com o progresso de Campo Maior, que era representado nas páginas do semanário, deixando explícito que sua indignação era maior ainda pelo ocorrido ter se passado em uma área central:

No trecho do muro de esquina com a praça José Miranda à que faz canto para a Rui Barbosa – onde há uma pensão – moradores dali estão fazendo da rua local de armazenar lixo. Durante os dias da semana o montão de lixo está lá, apesar do aviso do Prefeito da cidade de que os carros da limpeza pública não mais apanhariam lixos provenientes de quintais. Já ouvimos várias queixas sobre a fedentina que exala do lixo naquele trecho – por sinal, central – concorrendo para aumentar ainda mais a poluição do ar que respiramos (A LUTA, 15 de abril de 1974: s/p).

Na edição em relevo, foi relatada outra situação considerada absurda pelo jornal, que ocorreu próximo à Praça José Miranda, pois em substituição a um muro que havia desabado, foi construída uma “cerca mesmo de estacas como se fazem em nossos roçados, cujo matagal já a cobriu escondendo-a dos olhares de transeuntes mais atentos”, constituindo razão para indignação do *A Luta*, afinal, era tido como algo descabido uma cidade que se pretendia moderna conviver com elementos que deviam ficar confinados no meio rural, nos “roçados”. Além do mais, existia um “esgoto obstruído, cujas águas putrefactas [sic] de mistura com ervas, que ali proliferam viçosamente, não só dá péssima visão como mal cheiro insuportável às pessoas que transitam por esse trecho de rua” (A LUTA, 15 de abril de 1974: s/p).

As reclamações feitas pela edição do *A Luta*, direcionadas à população, não cessavam, devido “montões de lixo por toda parte, encostados às próprias residências, outras vezes sobre o calçamento”, e no “chamado ‘beco da Penha’, por exemplo, já ninguém pode ter acesso ao centro da cidade com a facilidade que era de se esperar dado o lixo jogado ali, que dá na canela, no dizer do

povo” (A LUTA, 19 de agosto de 1973: s/p). Frente a essa situação, o jornal sugeriu medidas mais rígidas ao prefeito Dácio Bona: “aumentar o número de ‘vigias’, ou cadeia, Sr. Prefeito, para os infratores” (A LUTA, 19 de agosto de 1973: s/p). Ao observar a medida repressiva sugerida pelo *A Luta*, é relevante a pesquisa de James Goodwin Junior acerca das cidades mineiras de Juiz de Fora e Diamantina, nas quais o autor indica que a população era observada atentamente pela imprensa escrita, e, quando o comportamento tido como inadequado era “visto como ignorância, desconhecimento das novas regras de comportamento e civilidade, propõe-se a educação, o ensino como solução”, porém, quando “percebe-se resistência ou recusa em aderir à nova cultura urbana, advoga-se o enquadramento forçado” (GOODWIN JUNIOR, 2007: 87).

Somente três anos depois é que houve referência a uma limpeza no Beco da Penha, sendo noticiado que antes estava inviável o trânsito de pessoas por força do excesso de sujeira. O *A Luta* referiu que o poder público municipal, para evitar que tal problema ocorresse novamente, havia colocado “um vigia permanente, no local, a fim de evitar o abuso” (A LUTA, 15 de fevereiro de 1976: s/p). Nesse sentido, foi enaltecido o trabalho do prefeito Dácio Bona, além de acentuar que o jornal foi uma verdadeira “trincheira” na luta contra a sujeira. Segundo o *A Luta*, a culpa não era da prefeitura, e sim de “alguns munícipes” que insistiam em jogar lixo na via pública e, por isso, esclareceu:

Já se tem dito aqui e nunca é demais repetir que os carros da Prefeitura, da limpeza pública, são para fazer a limpeza pública, das ruas, da sujeira que ela mesma faz com o corte de galhos de árvores e de outros serviços e não do lixo dos quintais particulares. Poder-se-ia aceitar a tese de que à Prefeitura fosse dado o encargo dessa última limpeza? Não teria tempo para mais nada (A LUTA, 15 de fevereiro de 1976: s/p).

Sandra Pesavento esclarece o que é denominado como um “beco”, em seu sentido espacial e topográfico, configurando um traçado especial de rua, normalmente “curto, estreito, por vezes sem saída”, que pode se apresentar como “uma abertura secundária ou interseção entre ruas principais”

(PESAVENTO, 2014: 127). A autora menciona ainda que os becos, em seu surgimento, pontuavam áreas centrais das urbes, do modo como ocorria com o Beco da Penha, que fazia a interseção entre o centro e o atual Bairro Cariri.

No *A Luta*, eram citadas também situações em que pessoas reclamavam por serem “molestadas com o lixo despejado em suas vizinhanças expondo-os ao risco de doenças e ao mal estar [sic] que lhes causa o cheiro emanado da matéria decomposta [...]” (A LUTA, 18 de fevereiro de 1975: s/p). O jornal descreveu, então, como ocorria a ação “criminosa”, que feria os ideais de “higiene” e “civildade” pregados por ele:

São muitos esses locais, onde à calada da noite e as escondidas como quem pratica um horrendo crime, elementos inescrupulosos e misteriosos restituídos de quaisquer conhecimentos, até mesmo rudimentares, de higiene e civildade depositam, na calçada do vizinho, por exemplo quando deveria fazê-lo em local indicado para tal fim (A LUTA, 18 de fevereiro de 1975: s/p).

Era enfatizado ainda que a prática era algo comum em Campo Maior há muito tempo, ao afirmar que “esse estado de coisas já vem de longe”, tratando-se de “um velho hábito de certos moradores – e por que não dizer – pessoas que moram no centro – zona pavimentada – de mandarem seus empregados jogar os ‘entulhos’” nas calçadas dos vizinhos, “nunca o fazendo na sua própria”. Como se verifica, a insatisfação presente no periódico, em relação à tais atos ocorrerem no centro, era visível. A população tinha dificuldade de se adequar aos novos costumes que o *A Luta* esperava que existissem em uma cidade progressista e moderna, pois ainda preservava antigos hábitos. O poder público também buscava implementar novos hábitos nos cidadãos, mas como o *A Luta* citava, não obtinha êxito: “o prefeito Dácio Bona, há algum tempo fez uma lei disciplinando o problema e, inclusive, cobrando pesada multa aos recalcitrantes. Contudo, não surtiu ela o efeito esperado [...]” (A LUTA, 18 de fevereiro de 1975: s/p).

O periódico afirmou que não compreendia o motivo de algumas pessoas agirem com descaso em relação à limpeza pública: “não podemos entender como pessoas civilizadas (é o que podemos deduzir) que habitam uma cidade

como esta possam praticar desses expedientes. Pessoas educadas e que tenham alguma noção de higiene [...]” (A LUTA, 23 de fevereiro de 1975: s/p). Apesar de estar frequentemente tentando direcionar o comportamento dos campomaiorenses para condizerem com o que o jornal entendia ser uma cidade progressista e moderna, muitas vezes assumindo um papel de educador, salientou: “claro que não temos a propensão para ensinar, ou para dar conselhos mas é que o descalabre é tanto e tamanha é a falta de compreensão que nos obrigamos estar sempre batendo nesta tecla” (A LUTA, 23 de fevereiro de 1975: s/p).

As críticas à falta de compromisso da população com a limpeza pública permaneceram pontuando as páginas do *A Luta* com constância, principalmente, no que dizia respeito ao lixo jogado pelas pessoas nas calçadas ou mesmo nas ruas. As vias urbanas situadas na zona central recebiam especial atenção,<sup>11</sup> a exemplo do que foi denunciado acerca do quarteirão da Rua Senador José Euzébio, compreendido entre a Rua Costa Araújo e o mercado público, pois o que ocorria lá era “inacreditável”, em “termos de desarrumação e sujeira”, sobretudo por ser próximo ao mercado onde “só deveriam imperar o asseio e a higiene” (A LUTA, 14 de março de 1976: 02). Ainda na mesma edição, a reclamação era estendida a outra artéria urbana central, a Quintino Bocaiúva, já que o lixo tomava quase “toda a largura da rua de meio a meio fio, tornando-se insuportável mais pelo mau cheiro que desprende do monturo em decomposição. É uma lástima que algumas pessoas dessa cidade assim procedam” (A LUTA, 14 de março de 1976: 02).

Acerca da Quintino Bocaiúva, em nova edição, foi denunciado um problema que feria o princípio da “higiene”, pois na rua “existe um esgoto que poderá causar danos a população se não for tomada medida acauteladora

---

<sup>11</sup> Francielle Sandoval (2011), ao pesquisar sobre a imagem que o jornal *Folha de Londrina* buscava transmitir aos seus leitores acerca da cidade de Londrina, Paraná, observa a atenção que o periódico deu às diretrizes urbanas no ano de 1970, afirmando que o foco do órgão de imprensa eram as modificações urbanas que ocorriam na área central, no intuito de destacar aspectos positivos. Em Campo Maior verifica-se também que a preocupação maior do *A Luta* era com a zona central da urbe, buscando destacar o que na sua visão era “progresso” e “modernização”, ou reclamando junto ao poder público e/ou população local quando estes não atendiam aos anseios do jornal.

visando sanear aquele foco”. Desse modo, o jornal indagou: “como pois conceber-se um esgoto pútrido e infecto bem no centro, em plena rua? Além de mau cheiro exalado, ainda apresenta o inverso daquilo que um povo educado deve cultivar: a higiene” (A LUTA, 30 de outubro de 1977: 06).

No ano de 1978, o esgoto foi noticiado mais uma vez, inclusive destacando a Rua Quintino Bocaiúva, que ainda permanecia com o mesmo problema. Na ocasião, a edição lançou mão do conhecimento médico-sanitarista como forma de pressionar as autoridades públicas para que solucionassem a questão dos esgotos inadequados existentes em Campo Maior. De acordo com a matéria:

Determinada autoridade médica afirmou certa vez que o mau cheiro dos esgotos provocam complicações gerais no organismo como a hepatite, o tifo e outras infecções, e que de esgotos mal cuidados [sic], o excesso de gás carbônico pode, até, causar a morte [...]. Em razão disso, é que passamos à autoridade competente algumas reclamações que nos têm chegado à redação, para alertá-la do problema, que é grave, já que em nossa cidade são muitos os esgotos que estão aí a merecer os necessários cuidados a fim de que a população fique resguardada, pelo menos, no que ela tem de mais importante: a saúde. Para facilitar a missão de quem o caso está afeto, podemos citar esses locais perigosos, que ficam, por exemplo, nas ruas José Euzébio, Quintino Bocaiuva, cap. Manoel Oliveira, Santo Antônio entre outros logradouros (A LUTA, 11 de fevereiro de 1978: 05).

Fabio Gutemberg de Sousa destaca que a higienização citadina se tornou comum em muitas modernizações urbanas ocorridas no Brasil desde a segunda metade do século XIX, que traduziam preocupações higiênicas, bem como sanitárias, especialmente direcionadas para as áreas centrais das cidades. De acordo com esse autor, tal pensamento tinha por base “o ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra; no século XX, no qual seriam incorporados projetos de urbanização de cidades norte-americanas” (SOUSA, 2003: 63). O autor salienta também que o saneamento urbano, aliado ao abastecimento de água, contribuiu, no Brasil, para a redução de epidemias que ocorriam, razão pela qual o *A Luta* colocava que era fundamental

solucionar os problemas relacionados aos esgotos em Campo Maior, para, assim, evitar a proliferação de doenças.

No mês de setembro, a sujeira existente em algumas das ruas citadas anteriormente ainda continuava presente, sendo destacado mais uma vez que “essas áreas são centrais” – as ruas Cap. Manoel Oliveira e Senador Euzébio – e que os moradores desses logradouros haviam procurado a redação do jornal para que o poder público solucionasse o problema, para “tornar esses locais mais compatíveis com a pessoa humana, já que se sentem prejudicados em seus *modus-vivendi*” (A LUTA, 24 de setembro de 1978: 02). Matérias como a que foi supracitada eram constantes no *A Luta*, solicitando que o poder público erradicasse o que fosse anti-higiênico e inestético na cidade, especialmente no que dizia respeito ao centro urbano. Regianny Lima Monte (2010), ao analisar a modernização autoritária que ocorreu na capital piauiense, Teresina, nos anos de 1970, salienta que a imprensa escrita da capital também tinha uma preocupação constante com as áreas centrais, reivindicando medidas junto ao poder público para que este extirpasse aspectos como a sujeira, calçamento ruim ou inexistente, animais na rua, bem como a mendicância, visto que tais traços comprometiam as pretensões modernizadoras que segmentos da imprensa escrita tinham para Teresina.

Além do lixo na região central de Campo Maior, ocorria denúncia também em relação a outro problema que prejudicava a higiene e estética da cidade, conforme foi veiculado pela edição ao reclamar dos “porcos nas ruas”. Foi ressaltado que existia uma lei que proibia “a criação desses animais na área urbana e o que se vê é a contravenção ao que preceitua aquele dispositivo” e, por isso, os suínos eram vistos “rua acima, rua abaixo, e chegam até mesmo a penetrar quintais adentro”, sendo necessário que o poder público tomasse “providências contra esses ‘javalis domésticos’ que infestam o centro de nossa cidade” (A LUTA, 21 de agosto de 1977: 03). Ainda nesse aspecto, no ano de 1978, o jornal indagou: “cadê os vigias?”, pois “vacas e porcos estão engordando à custa da grama da praça José Miranda” (A LUTA, 30 de julho de 1978: 01).

Tais animais evidenciavam uma prática comum por parte da população, pois, Campo Maior, inclusive, tinha na criação de gado sua principal fonte de renda, possuía um dos maiores rebanhos bovinos do Piauí, mas o grupo letrado da cidade considerava necessário extirpar tais traços de ruralismo da área urbana, eliminando tais inconvenientes que destoavam do que era tido pelo jornal como moderno.

Carlos da Silva Souza, ao analisar os discursos sobre progresso e modernização no jornal *O Estado De Mato Grosso*, durante os anos de 1970 e 1971, observa como o referido periódico endossava os discursos progressistas que o governo militar difundia para o Brasil e afirmava que a cidade de Cuiabá trilhava o caminho do progresso e modernização. Assim como ocorria nas páginas do *A Luta*, que demonstrava sua indignação com animais na zona urbana de Campo Maior, Carlos Souza destaca que *O Estado De Mato Grosso* repreendia os traços de ruralismo em Cuiabá, pois manchavam a concepção de “lugar moderno” que o periódico defendia para a urbe. Nesse aspecto, o autor relata que o órgão de imprensa criticava a existência de:

[...] Vacas que passavam na avenida Getúlio Vargas, principal da cidade, no centro de Cuiabá, o que simbolizava uma explícita repulsa ao fato de que, representativamente, o mundo rural (atrasado) estava ainda inserido na capital de Mato Grosso (que urgia por ser moderna e urbana) (SOUZA, 2015: 173).

Se a condição da limpeza pública em relação às regiões centrais de Campo Maior não estava agradando o *A Luta*, nos bairros a situação era mais grave. Os bairros, de modo geral, foram excluídos inicialmente em muitos aspectos do decantado progresso e modernização urbana. A exemplo disso, observa-se em texto da edição que o local denominado “Bairro da Baixa”<sup>12</sup> permanecia, ainda em 1978, “proscrito dos serviços da municipalidade, e totalmente abandonado, sem sombra de dúvida, e com remotas esperanças de ser atendido em suas pretensões de melhores dias” (A LUTA, 19 de novembro

---

<sup>12</sup> O que era denominado “Bairro da Baixa”, pelo jornal, é o atual Bairro Cariri.

de 1978: 03). Foram elencadas ainda as benesses prometidas pelo poder Executivo municipal para a região em tela, que no momento tinha Mamede Lima (1978-1983) como prefeito: “para lá já se prometeu muita coisa, como luz elétrica, saneamento, calçamento e uma pracinha entre outros melhoramentos, e o que sabemos nada foi feito até o presente, por aquela comunidade, paciente e sofredora” (A LUTA, 19 de novembro de 1978: 03). Acrescentou ainda que o “beco”, que dava acesso ao bairro, era “intransitável e mau cheiroso, dado o volume de lixo que vai se acumulando a cada dia na área”, além da grande quantidade de “mato” que existia causando risco aos transeuntes que poderiam ser “vítima de emboscada por marginais, para roubar ou satisfazer extintos bestiais” (A LUTA, 19 de novembro de 1978: 03). O beco em tela era o da “Penha”, que conforme foi visto anteriormente, no ano de 1976, foi beneficiado com uma limpeza, mas voltou a figurar nas páginas do jornal como um local sujo e “mau cheiroso”.

Mais uma vez são oportunas as considerações de Sandra Pesavento ao afirmar que o “beco”, por vezes, foi visto como um “espaço negativamente qualificado”, um “mau lugar”, visto como “sujo, escuro, feio, exalando maus odores”, “é lugar mal frequentado da cidade, palco de contravenções e crimes, por onde circula gente de moral duvidosa” (PESAVENTO, 2014: 129). Nessa perspectiva, o Beco da Penha não era o único local em que o *A Luta* indicava que havia “mato”, porém, foi somente nele que apontou para o risco de ocorrer alguma “emboscada por marginais”.

No último ano em que o jornal circulou, em 1979, o “Bairro da Baixa” continuava a ser um local excluído das benesses tidas como progressistas, sem amparo ao “saneamento na área, já que as coisas ali estão mais pra [sic] porco do que pra [sic] gente”, e, segundo o *A Luta*, havia um anseio de seus moradores por “limpeza do ambiente, calçamento, urbanização, galerias para o escoamento da água podre que existe lá, e uma praça, há tanto esperada que vai servir para seu lazer” (A LUTA, 26 de agosto de 1979: 04).

Ainda no ano de 1979, as críticas realizadas pelo *A Luta* eram direcionadas ao então prefeito Mamede Lima (1978-1982),<sup>13</sup> que tinha sido eleito pela ARENA. Desse modo, a limpeza pública em Campo Maior foi abordada após o festejo de Santo Antônio, que ocorre no mês de junho, sendo sublinhado que antes do festejo “o prefeito mandou fazer uma limpeza geral na cidade para impressionar bem os nossos visitantes”, no entanto, “tudo agora voltou à estaca zero, com a sujeira tomando conta de nossas ruas” (A LUTA, 19 de agosto de 1979: s/p). Dessa forma, a denúncia feita pelo *A Luta* foi finalizada com o seguinte comentário:

Dizem que nas proximidades da casa do Chefe da edilidade há uma grande quantidade de lixo para espanto das pessoas que residem na área e por ali transitam. Pois se nas “beiradas” da casa do prefeito as coisas estão desse jeito, como poderá o resto da cidade andar limpo? (A LUTA, 19 de agosto de 1979: s/p).

A limpeza das praças recebeu também atenção na década de 1970, afinal era onde havia os maiores adensamentos populacionais, além de eventos públicos e passaram a ser objeto de representação do *A Luta*, tanto no sentido de elogiá-las, quanto no de indicar ao poder público e/ou população o que estava fugindo ao que o jornal esperava de uma urbe progressista e moderna.

Uma das praças que figurou nesse sentido foi a Gentil Alves, localizada na região central, mas que nunca atendeu aos anseios do periódico, por ser considerada inestética, conforme se observará nas características que o *A Luta* atribuía ao logradouro. Em 1973, o jornal afirmou ter recebido uma reclamação em relação a esse logradouro, pois além da “sujeira já existente no local, agora se estão aproveitando da parte detrás do Teatro para seus depósitos de lixo” (A LUTA, 10 de outubro de 1973: s/p).

Para o *A Luta*, a Gentil Alves era apenas um “local e não praça porque aquilo ali nada tem que se assemelhe a um logradouro público. É apenas um

---

<sup>13</sup> No período aqui abordado, Mamede Lima foi o mais criticado pelo *A Luta*, pois era candidato a vice-prefeito na chapa que venceu as eleições no ano de 1976, quando Jaime da Paz, candidato apoiado pelo *A Luta*, foi derrotado. Mamede assumiu o Executivo municipal após a morte do prefeito José Olímpio.

pequeno espaço aberto com algumas árvores frondosas e nada mais”, e acrescentou: “na outra parte, foi construído um edifício, que além de inestético e sem apresentar sinais de modernismo, não disse até hoje para que foi feito” (A LUTA, 30 de novembro de 1975: s/p). O edifício era o Teatro do Estudante, cuja denominação oficial é Teatro Sigefredo Pacheco, e, segundo o jornal, o local vivia em estado de abandono, devido à ausência de eventos no prédio.<sup>14</sup>

Em matéria da edição, datada do ano de julho de 1977, foi sublinhado que na Gentil Alves tudo constituía “uma aberração, contrastando com o panorama geral da cidade, em que, em toda ela, não se conhece maior descalabro” (A LUTA, 24 de julho de 1977: 06). O *A Luta* elencou, então, tudo o que na sua visão constituía entraves a uma cidade moderna, inclusive demonstrando incômodo com uma família que residia em uma “casinhola” próxima à praça:

Medita-se sobre aquilo e veja se não dizemos a verdade! Em que parte do mundo vamos encontrar um teatro (e como ele é antiquado!) rodeado de sujeiras e ainda, para completar o horrível quadro, uma casinhola bem na frente do dito cujo e deste a alguns passos apenas. Já viram agora como a coisa se encontra? Na casinhola mora uma família que resolveu fazer do local um “restaurante”, colocando fora do casebre e no meio da “praça” uma mesa e em volta desta troncos de árvore para os fregueses se sentarem. Será cabível isso? (A LUTA, 24 de julho de 1977: 06)

Observa-se na matéria que o jornal considerava que a “casinhola” estava em desacordo com o crescimento da urbe e, por isso, o “casebre”, de aspecto humilde, foi alvo de críticas da elite letrada, que no momento era também elite econômica, visto que José Miranda<sup>15</sup> era o diretor do jornal e esperava que os cidadãos adequassem seu comportamento e suas residências de modo a serem compatíveis com o que o *A Luta* avaliava ser adequado ao progresso.

<sup>14</sup> Em dezembro de 1970, foi mencionada uma reforma no teatro abrangendo “reboco, e pintura externos, bem como cadeiras”, porém, enfatizou-se: “o que falta ali são espetáculos. E a juventude bem que poderia movimentar-se no sentido de oferecer aos campomaiorenses realizações que viriam lotar o teatro” (A LUTA, 05 de dezembro de 1970: 02).

<sup>15</sup> José Miranda pertencia à elite campomaiorense, destacando-se no exercício da profissão de dentista.

Ainda sobre a praça, críticas mais duras foram feitas em nova edição, ao afirmar que “se me perguntassem o que há de mais feio na cidade para registro, eu responderia que é aquele recanto ali, onde se ergue o teatro”, pois “a coisa naquela parte da cidade é mesmo feia pra [sic] burro! Para uma cidade do porte da nossa, já que é tida como das mais progressistas, não se concebe tamanho crime contra esses foros” (A LUTA, 20 de novembro de 1977: 04).

Não obstante as reclamações, no ano de 1978, a situação permanecia a mesma, sem nenhuma reforma realizada no local, apontando-se que o teatro instalado na praça era “carente de modernização” e para indignação da gestão do *A Luta* nada foi feito para a “retirada dos moradores da casinhola ali defronte, cujo morador parece ser o fiscal ou vigia [...]” (A LUTA, 03 de setembro de 1978: 02).

Já na Praça José Miranda, o *A Luta* havia pedido ao poder público que fosse realizada uma limpeza no logradouro, no intuito de acabar com o “mato” que o afeava. No entanto, um problema foi solucionado e acabou resultando em outro: “em vez de grama e mato ficou a poeira que os meninos frequentadores da Praça, e que muito concorreram para sua derrocada, levantam dos canteiros onde só terra pura existe” (A LUTA, 04 de julho de 1976: 07).

Outro problema foi ainda elencado em relação à Praça Jose Miranda, que estava sendo “visitada por espécies irracionais, como os porcos, os bois, os cavalos, pelo menos até que os da espécie racional – o Homem – se decida enxotá-los. Eles aparecem atraídos pela grama, que é fresca e substancial” (A LUTA, 03 de setembro de 1978: 05). Segundo foi visto, o problema de animais no centro da cidade era denunciado constantemente no impresso, o que demonstra a presença forte de elementos rurais ainda em Campo Maior, cidade na qual era comum os moradores criar animais próximos às suas residências no perímetro urbano, ou mesmo no quintal de casa, contrariando o anseio pelo progresso e modernização que era veiculado no jornal.

Em notícia elaborada pela edição, na qual não era citado o nome da praça em questão, utilizou-se um tom mais severo, enfatizando que o prefeito Dácio Bona precisava, com a máxima agilidade:

Coibir os abusos que estão sendo praticados por certos elementos, que fazem da praça pública local para consertos de bicicletas, carros, e outros de pequeno porte, usando para isso o passeio, além de serviços de soldagens e pinturas [...] (A LUTA, 28 de novembro de 1975: s/p).

Além desse fato, que destoava do que o semanário considerava uma cidade moderna, já que segundo o jornal, o passeio devia ser para a livre circulação dos transeuntes, havia também reclamação em relação aos “meninos vadios”, que estavam “quebrando e pisando no que lhes dá na cachola”, danificando, assim, a referida praça.

Durante o mandato do prefeito Mamede Lima, a crítica ao descaso com as praças aparecia de modo contundente, a ponto de ser indicado que “as praças José Miranda, Bona Primo, Rui Barbosa e Luiz Miranda estão aí de fazer pena”, pois tais logradouros públicos já haviam sido, em época anterior, motivo de:

Deleite e orgulho de uma cidade que parecia marchar resoluta e rapidamente para se emparelhar com as demais, em nível de beleza urbanística mas que, de repente, se acomodou, dando mostras de sua incapacidade de progredir, avançar (A LUTA, 16 de setembro de 1979: s/p).

Dentre as praças apontadas como principais pelo articulista, Raimundo Pereira (2015) enfatiza que a Rui Barbosa teve lugar de destaque inicialmente, pois fica situada no núcleo original a partir do qual Campo Maior se expandiu. A Rui Barbosa fica posicionada atrás da Igreja Matriz e, a partir da década de 1950, passou a perder importância em relação à Praça Bona Primo, localizada à frente da Igreja, tendo se tornado a principal praça da urbe.

Na penúltima edição do *A Luta*, datada de 23 de setembro de 1979, foi publicada a manchete “Campo Maior em Maus Lençóis”, e na sequência um texto da edição acentuando que “falta zelo por nossa cidade”. Criticou-se severamente o prefeito Mamede Lima, ao sublinhar que “não se sabe por onde andam as atividades do Prefeito ou se sua intenção é deixar praças, centro e bairros entregues à lama e ao lixo” a exemplo da “praça José Miranda, mas, ela

é apenas uma pequenina amostra do estado crítico de nossa cidade”, e nas áreas mais afastadas do centro via-se “em cada esquina um depósito de lixo” (A LUTA, 23 de setembro de 1979: 01).

### Considerações finais

Conforme foi analisado, diversos campomaiorenses não se ajustavam aos anseios do jornal, recebendo críticas do periódico, que queria ver Campo Maior embelezada e higiênica. Em determinados momentos, o *A Luta* buscava agir também exercendo um papel educador, indicando o que seria o correto no seu entender, mas em outros momentos apelava para o poder público coibir o que estava em desacordo com o pensamento da elite culta.

Diante do exposto, em relação à atenção do *A Luta* quanto à higiene e embelezamento campomaiorense, compreende-se como o desejo em ter uma cidade moderna e progressista, em determinados momentos, foi mais uma expectativa do que algo concreto. A exemplo disso, verifica-se que durante a década de setenta o semanário apelava tanto ao poder público como aos leitores para que contribuíssem com a higiene e embelezamento urbano, contudo, os mesmos problemas sempre figuravam no jornal, inclusive, sendo recorrentes os logradouros que, no entender do periódico, precisavam ser adequados ao progresso e modernização, em uma demonstração de que nem todos os cidadãos partilhavam das ideias que a elite culta transmitia.

### Referências

A RESPEITO de alguns bancos quebrados. **A Luta**. Campo Maior, 16 de janeiro de 1970, p. 08.

BAIRRO Cariri “prato do dia” na Câmara. **A Luta**. Campo Maior, 20 de novembro de 1977, p. 02.

BANDO de vagabundos assalta a cidade. **A Luta**. Campo Maior, 29 de junho de 1975, p. 01.

BARROS, José D’Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, Edição do Kindle.

\_\_\_\_\_. **A fonte histórica e seu lugar de produção.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, Edição do Kindle.

CADÊ os vigias? **A Luta.** Campo Maior, 30 de julho de 1978, p. 01.

CAMPO MAIOR em Maus Lençóis. **A Luta.** Campo Maior, 23 de setembro de 1979, p. 01.

CIDADE começa a ser asfaltada. **A Luta.** Campo Maior, 09 de junho de 1977, p. 01.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CIDADE continua parada. **A Luta.** Campo Maior, 16 de setembro de 1979, s/p.

DÁCIO Bona faz limpeza na cidade. **A Luta.** Campo Maior, 01 de abril de 1974, s/p.

DETALHANDO. **A Luta.** Campo Maior, 19 de agosto de 1979, s/p.

DETALHANDO. **A Luta.** Campo Maior, 26 de agosto de 1979, p. 04.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 17 de dezembro de 1972, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 21 de janeiro de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 19 de agosto de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 10 de outubro de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 17 de fevereiro de 1974, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 18 de fevereiro de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 23 de fevereiro de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 31 de agosto de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 28 de novembro de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta.** Campo Maior, 30 de novembro de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 15 de fevereiro de 1976, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 14 de março de 1976, p. 02.

DIRIGIR às soltas. **A Luta**. Campo Maior, 13 de fevereiro de 1971, s/p.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015.

GOODWIN JUNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siecle em diamantina e juiz de fora, MG. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n.35, dezembro de 2007.

HÁ melhoras no teatro dos estudantes, mas... **A Luta**. Campo Maior, 05 de dezembro de 1970, p. 02.

LIMPEZA pública. **A Luta**. Campo Maior, 30 de outubro de 1977, p. 06.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAU cheiro dos esgotos provocam diversas doenças. **A Luta**. Campo Maior, 11 de fevereiro de 1978, p. 05.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res)sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. 2010. 237 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NA JOSÉ Paulino: “pé na taboa e fé em Deus”. **A Luta**. Campo Maior, 17 de setembro de 1978, p. 01.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. **CLIO: Revista de pesquisa Histórica**, n. 28.1, 2010.

NOTÍCIAS breves. **A Luta**. Campo Maior, 04 de julho de 1976, p. 07.

O BAIRRO da minha escola. **A Luta**. Campo Maior, 30 de agosto de 1970, s/p.

OBRIGATÓRIAS por Lei Construções de Muros e Calçadas. **A Luta**. Campo Maior, 21 de outubro de 1972, p. 01.

O POVO Reclama. **A Luta**. Campo Maior, 20 de fevereiro de 1971, p. 07.

O POVO Reclama. **A Luta**. Campo Maior, 20 de março de 1971, p. 06.

O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 15 de abril de 1972, s/p.

O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 29 de julho de 1972, s/p.

O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 10 de setembro de 1972, p. 05.

O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 17 de setembro de 1972, s/p.

PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. **Modernização urbana de Campo Maior no período áureo da cera de carnaúba (1930-1947)**. 2015. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-Pb, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_. Beco; Cortiço; Sobrado. In: BRESCIANI, Stella (Org.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

POLUIÇÃO incômoda. **A Luta**. Campo Maior, 24 de setembro de 1978, p. 02.

PORCOS nas ruas. **A Luta**. Campo Maior, 21 de agosto de 1977, p. 03.

PRAÇA Gentil Alves continua na mesma. **A Luta**. Campo Maior, 03 de setembro de 1978, p. 02.

PRAÇAS abandonadas. **A Luta**. Campo Maior, 03 de setembro de 1978, p. 05.

PREFEITURA Continua Limpando a Cidade. **A Luta**. Campo Maior, 15 de abril de 1974, s/p.

PREFEITURA de Campo Maior – Nota. **A Luta**. Campo Maior, 07 de abril de 1974, p. 01.

PRESERVAM-SE Esgotos Fétidos da “Demerval Lobão”. **A Luta**. Campo Maior, 01 de janeiro de 1972, s/p.

PROBLEMAS que clamam soluções. **A Luta**. Campo Maior, 24 de julho de 1977, p. 06.

PROVIDÊNCIAS precisam ser tomadas. **A Luta**. Campo Maior, 18 de fevereiro de 1973, s/p.

REBÊLO, Emilia Maria. **A urbanização no Piauí**. CEPRO: Teresina, v. 18, n. 1. p. 99-114, jan/jun, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ROSA, José Ribamar de Sena. **Quando a imprensa miúda é o veículo: o semanário “A Luta” e a cidade de Campo Maior/PI – falando de trocas e meios – 1967 / 1979**. 2015. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Severino Sombra-RJ, 2012.

SALÕES serão concluídos. **A Luta**. Campo Maior, 08 de março de 1970, p. 01.

SAMPAIO, Severo Visgueira. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 23 de dezembro de 2019.

SANDOVAL Francielle. A representação da “imagem da cidade” de Londrina projetada pelo jornal “*Folha de Londrina*” no ano de 1970. **III Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. Londrina-PR, 2011.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965)**. 2002. 424 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2002.

SOUZA, Carlos Alexandre da Silva. Discursos sobre progresso e modernização no jornal *O Estado De Mato Grosso* - 1970/71. **Revista Outras Fronteiras: Cuiabá**, vol. 2, n. 1, jan/ago., 2015.

SUJEIRA provoca reclamações. **A Luta**. Campo Maior, 27 de janeiro de 1974, p. 01.

ZONA ARRAZADA [sic]. **A Luta**. Campo Maior, 19 de novembro de 1978, p. 03.

**Recebido em:** 06 de fevereiro de 2020  
**Aceito em:** 03 de março de 2021